

ESPAÇOS DIMINUTOS E DINÂMICAS ENTRE MULHERES: A RESISTÊNCIA FEMININA NA NARRATIVA “SOLITÁRIA”, DE ELIANA ALVES CRUZ

DIMINISHED SPACES AND WOMEN DYNAMICS: FEMALE RESISTANCE IN “SOLITARY”, BY ELIANA ALVES CRUZ

RESUMO

Vivendo numa realidade em que sua potencial revolta interna poderia acarretar na perda das relações de trabalho e de seu sustento, d. Eunice e Mabel, mãe e filha, personagens principais da narrativa *Solitária*, de Eliana Alves Cruz (2022), desenvolvem meios de resistência em espaços minúsculos a elas delegados. Partindo disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a narrativa através dos caminhos que levam d. Eunice, empregada doméstica em um condomínio de luxo, aos movimentos de resistência e de ruptura. Na mesma direção, intenciona-se trazer à tona os movimentos de Mabel, contemplando as relações femininas existentes na obra e o modo como suas atitudes convergem em direção à subversão dos espaços diminutos e das relações de poder. Para a análise desse romance contemporâneo que convida o/a leitor/a a uma perspectiva decolonial, abordaremos perspectivas teóricas para uma crítica literária sob o mesmo viés, a comunhão feminina e o empoderamento como um componente da resistência (Lugones, 2020; Castro, 2020; Vergès, 2019; Nascimento, 2019; Berth, 2019).

Palavras-chave: Eliana Alves Cruz. Crítica literária decolonial. Decolonialidade. Resistência feminina. Empoderamento.

ABSTRACT

Living in a reality where their potential intern rebellion might result on the loss of work relations and their own livelihood, d. Eunice and Mabel, mother and daughter, main characters of the novel intitled *Solitary*, by Eliana Alves Cruz (2022), develop means of resistance on the diminished spaces assigned to them. Therefore, the following paper aims to analyze the narrative through the path which lead d. Eunice, housemaid in a luxury condominium, to movements of resistance and rupture. Additionally, it is brought to light Mabel’s movements, scrutinizing the female relations on the novel and the way their attitudes converge towards the subversion of these diminished spaces and power relations. To achieve an analysis that invites the reader to a decolonial perspective, we will approach theoretical perspectives to a literary critic through the same outlook, female communion and empowerment as a component of resistance (Lugones, 2020; Castro, 2020; Vergès, 2019; Nascimento, 2019; Berth, 2019).

Yasmin de Andrade Alves

Doutoranda em Letras (PPGL/UFPB). Mestrado em Letras (PPGL/UFPB). Licenciatura em Letras/Português (UFPB). E-mail: yasminandradealves99@gmail.com Orcid: 0000-0002-2704-4172

Maria Luiza Diniz Milanez

Doutoranda em Letras (PPGL/UFPB). Mestrado em Letras (PPGL/UFPB). Licenciatura em Letras/Inglês (UFPB). E-mail: luizamilanez@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-1635-5220

Keywords: Eliana Alves Cruz. Decolonial literary critic. Decoloniality. Female resistance. Empowerment.

Introdução

Hostilizadas frequentemente com um discurso meritocrático, sentem que estão fadadas a sempre ser aquilo: o chão da fábrica; a faxineira invisível; a empregada doméstica que vive em um quartinho, cria as crianças da patroa e mal vê as suas. Há estruturas que insistem em empurrar para baixo mulheres negras e/ou não brancas, e são necessárias quantidades absurdas de esforço empregado para, pelo menos, proporcionar a conquista da melhor qualidade de vida para as futuras gerações.

Entretanto, vimos, na emergência dos estudos decoloniais, que há uma tomada constante de consciência das estruturas, das violências físicas e epistemológicas, no rastro de corpos negros e originários deixado pelo chamado desenvolvimento do país. Faz-se necessário, nesse sentido, tomar as rédeas, unir forças e lutar por cada grama de evolução que se possa ter, e a arte – neste caso específico, a literatura – é uma das ferramentas e estratégias que promovem reflexão acerca das lutas identitárias que clamam por mudança social.

Ao viver numa realidade onde sua potencial revolta interna poderia acarretar na perda da pobre troca que recebe em retorno ao seu trabalho árduo, d. Eunice, personagem da obra *Solitária* (Cruz, 2022), engole a seco todas as difíceis situações às quais é submetida. Vendo sua filha, Mabel, na época aspirante a médica, ela se agarra neste fato para garantir sua sobrevivência e a ascensão de sua filha. Anos trabalhando na casa da mesma família, d. Eunice passa por um processo que começa no âmago de seu ser, amparando aquelas que lhe são iguais, como Dadá e Irene, trocando histórias com suas semelhantes como estratégia para manter sua sanidade.

Dessa forma, visando a linguagem literária como espaço político de resistência e denúncia, o presente artigo tem como objetivo analisar a obra supracitada através dos caminhos que levam d. Eunice aos movimentos de resistência e de ruptura, o que envolve, por exemplo, desafiar sua patroa e deixar seu local de trabalho, bem como realizar denúncias contra crimes realizados por esta família. Da mesma maneira, intenciona-se trazer à tona os movimentos de Mabel, contemplando as relações femininas existentes na obra e o modo como suas atitudes convergem em direção à subversão dos espaços diminutos e das relações de poder.

É válido destacar que a obra literária *Solitária* é um romance contemporâneo, havendo poucos estudos a seu respeito. Sua autora, Eliana Alves Cruz, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1966. É escritora, roteirista, jornalista e apresentadora de TV. Seu romance de estreia, *Água de barreira* (2016), publicado pela Malê Editora, apresenta um projeto estético baseado na narrativa da sua trajetória familiar a partir do século XIX, iniciando-se na África. Além dele, a autora publicou os romances *O crime do cais do Valongo* (2018), *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020) e, por último,

Solitária (2022). Foi vencedora do Prêmio Jabuti Contos 2022, além de ter publicado antologias. Sendo assim, a fim de detectar a quebra de barreiras em seu último romance publicado, o empoderamento individual e coletivo, esta pesquisa abordará os estudos de Lugones (2020), Castro (2020), Vergès (2019), Nascimento (2019) e Berth (2019).

Perspectivas teóricas para uma crítica literária decolonial

Para pensarmos na literatura como instrumento de possíveis contra-narrativas, sobretudo quando relacionada à autoria feminina, faz-se necessário destacar que tipo de relações permeiam o desenvolvimento dessas conjunturas e como são moldadas para fins de controle. Em *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, encontramos a realidade de mulheres negras que trabalham no serviço doméstico, em um âmbito de extrema hierarquização, posto que o ambiente da narrativa é a contraposição entre um condomínio de luxo e um *quartinho* de empregada. Ademais, além da teia de relações entre a força laboral do condomínio e seus patrões, emergem questões de gênero, tanto no tocante ao reforço patriarcal dos papéis sociais quanto às violências sofridas pelas mulheres negras. Para tal, debruçamo-nos, inicialmente, sobre a indiferença diante da violência sofrida pelas mulheres como consequência de um sistema de colonialidade.

Maria Lugones (2020, p. 54) compreende que a indiferença perante a violência sofrida pelas mulheres permeia “as transformações sociais profundas em nossas estruturas comunais”. Nesse sentido, podemos afirmar que o aspecto da indiferença está presente não apenas na separação das categorias de raça, gênero, classe e sexualidade, mas, também, nas estruturas que sustentam nossas hierarquias sociais. Assim, a autora propõe uma nova perspectiva a respeito do que é entendido por *colonialidade do poder*, proposto por Quijano (2019), ao reforçar que essa análise é pautada no padrão de poder capitalista eurocêntrico e global.

Quijano (2019), em *Colonialidad y modernidade-racionalidad*, parte da ideia de que a conquista das Américas configura-se como um poder global que articula todo o planeta, pautado na brutal concentração dos recursos do mundo e no benefício e controle das classes dominantes europeias. O colonialismo, uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes, cria, neste viés, categorias raciais, étnicas, antropológica ou nacionais como uma forma de significação a-histórica. Assim, todas as relações sociais são operadas por essa estrutura de poder, o que situa a cultura europeia em oposição às outras culturas, ou seja, uma relação de dominação colonial, não apenas uma subordinação. A colonialidade, por sua vez, é uma consequência do processo de colonialismo, e se situa no imaginário, nas subjetividades/intersubjetividades, nas relações de poder, enraizada nas ideias, na cultura, no comportamento, nas crenças, nas identidades, sendo, portanto, onipresente.

Três pontos centrais são desenvolvidos em torno da colonialidade do poder: a colonialidade do saber, a colonialidade do ser e a decolonialidade. Lugones (2020)

nomeia esse cruzamento de “sistema moderno-colonial de gênero” e afirma que caracterizá-lo dessa maneira - colonial/moderno - permite ver a imposição colonial em profundidade e seu alcance historicamente destrutivo. É pertinente, ademais, destacar que esse sistema se sustenta, além de outros fatores, sobre a dissolução incisiva e compulsória de solidariedade entre as pessoas que são vítimas da dominação constituinte da colonialidade, incluindo, principalmente, as mulheres. Pensando nisso, torna-se impossível não relacionarmos a solidariedade entre mulheres como uma estratégia de driblar os poderes de dominação da colonialidade, estritamente patriarcal, branca e heterossexual.

Nesse âmbito, ao mencionar Quijano, Lugones (2020) destaca que o poder se estrutura em relações de dominação, exploração e conflito. Essas três categorias estariam intrinsecamente associadas a quatro partes da vida humana, que são comandadas por atores sociais que disputam esse controle. Podemos citar, então, o sexo, o trabalho, a autoridade coletiva e a subjetividade/intersubjetividade como partes integrantes da vida humana, sujeitas às estruturas de poder que sustentam a colonialidade (Lugones, 2020). Nesse sentido, todas as áreas da vida que compreendem a atuação do sujeito estariam atravessadas pela modernidade e pela colonialidade do poder.

Entretanto, é preciso reconhecer que um ponto de vista capitalista, eurocêntrico e global acaba por invisibilizar as mulheres colonizadas, que são destituídas de poder e encontram-se em estado de subordinação, assim configurando-se em nova forma de violência epistemológica. Quando acrescida de termos raciais, a organização do gênero no sistema moderno/colonial (ou seja, dimorfismo biológico, organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) ganha uma nova perspectiva. A própria invenção da “raça” “indica a reorganização das relações de superioridade e inferioridade estabelecidas por meio da dominação” (Lugones, 2020, p. 56). É, portanto, um encaixe das relações humanas em termos essencialmente biológicos, de maneira a impulsionar teorias eurocêntricas – e androcêntricas – a respeito dos papéis e das divisões sociais.

Na cadeia das classificações eurocêntricas, a dominação passa a ser intersubjetiva, à medida que, ao reproduzi-las, permite-se o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. Sendo assim, o termo *colonialidade* se refere a algo que vai além da classificação racial. Segundo a estudiosa,

ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. (Lugones, 2020, p. 57)

Se pensarmos nas relações de trabalho, nota-se que o trabalho bem assalariado sempre foi direcionado ao branco europeu. Assim, o entrecruzamento entre trabalho e raça destaca a fusão entre as experiências do colonialismo e da colonialidade com

as necessidades do sistema capitalista (Quijano *apud* Lugones, 2020, p. 58). Ainda conforme Quijano, “o eurocentrismo naturaliza a experiência das pessoas dentro do padrão de poder”. Dessa maneira, seguindo uma lógica eurocêntrica capitalista e evolutiva, a população aparece dividida em dicotomias, sobretudo na modernidade: superior x inferior; racional x irracional; tradicional x moderna; primitiva x civilizada. É válido salientar, a respeito desta última, que o primitivo é uma qualificação associada ao ponto de partida anterior à história, ou seja, sem história própria, portanto, primitivo, ao passo que o civilizado teria uma identidade histórica.

Assim, a interseccionalidade das categorias de gênero e raça é inseparável, logo, “o processo é binário, dicotômico e hierárquico” (Lugones, 2020, p. 60). Dessa forma, as mulheres que não estão situadas na posição superior dessa ordem binária - brancas e europeias - são vítimas das relações de violência nas supracitadas áreas da vida humana, incluindo o trabalho (as funções que exercem, a remuneração ou a ausência dela, dentre outros fatores), bem como a família e a vida sexual. Importa mencionar que as mulheres não brancas, excluídas do trabalho assalariado, não eram apenas subordinadas. Mulheres racializadas eram caracterizadas como fêmeas, mas sem feminilidade, transformadas em animais dentro do capitalismo eurocêntrico global.

Não à toa, o feminismo hegemônico branco tornou a categoria “mulher” semelhante à de “mulher branca”, excluindo e sendo condizente com a indiferença diante das violências e marginalização sofridas pelas mulheres latinas, indígenas, negras e orientais. Também foi atribuída a imagem de “fêmea agressiva”, sobretudo às escravizadas cujo estereótipo foi perpetuado até os dias atuais. Sem a intersecção das categorias, as mulheres racializadas não aparecem e são fadadas a um lugar que naturaliza a violência perpetrada contra elas. Tal categorização, que promulga uma visão de vivência única do ser feminino, torna-se extremamente prejudicial para aquelas que vivem, segundo Lugones (2020), nas entrelinhas da categoria mulher. Portanto, ao fundirmos as categorias “mulher” e “raça”, conseguimos enxergar as mulheres de cor, que têm um extenso histórico de resistência e sobrevivência. Tais categorias também excluem pessoas que não se enquadram no dimorfismo eurocêntrico de gênero, juntamente com quem possui orientação sexual que foge da norma do “natural” e reprodutivo.

Pensando de maneira mais enfática no contexto racista e misógino da sociedade brasileira, Susana de Castro (2020), em seu artigo *Condescendência: Estratégia Pater-Colonial de Poder*, reforça a presença de aspectos não-materiais nas dinâmicas de poder. Fora a intimidação e a violência sofridas por povos originários e pela população negra, que aqui chegou à força, é posta a ferramenta do poder da narrativa do “vencedor”, que é espalhada de forma hegemônica em escolas e lares do país. De acordo com essa narrativa, os colonizadores teriam nos resgatado de nossa própria barbárie enquanto povo “primitivo”, animalesco e não-capitalizado. Para justificar a apropriação de corpos negros e indígenas, eles utilizam uma narrativa condescendente e desumanizadora, afirmando, assim, seu papel de salvador e intelectualmente superior. Adicionalmente, é elaborado, também, o descarte da riqueza cultural dos povos, sendo objetivado o total apagamento epistemológico com o intuito da não contestação da ordem “superior”

que lhes foi imposta. Logo, com o capital construído a partir da violação de terras longínquas, apagando seus saberes, seu modo de vida e seu espírito de sociedade, a modernidade europeia é desenvolvida (Castro, 2020, p. 143).

Como afirma a pesquisadora, a raiz epistemológica do racismo nas sociedades contemporâneas: “sua raiz está no poder de quem controla a produção de conhecimento, o poder de classificar e hierarquizar os seres humanos a partir de um ideal supostamente neutro de humanidade” (Castro, 2020, p. 144). A partir desta visão hegemônica, é destacada a bestialização dos corpos não-europeus como forma de validação do controle, sendo este direcionado à exploração de trabalho forçado, de alto desgaste físico e da violência sexual e miscigenação forçada.

Ao aplicar este pensamento considerando a realidade brasileira, Castro (2020) reitera o preconceito institucional que permeia nossa estratificação, que ignora totalmente as contribuições advindas de povos originários e afrodescendentes. Isto é ocasionado na reprodução de concepções violentas que são expressas tanto nas escolas como em meios de comunicação e nas falas. Pontua-se, então, que o racismo luso-tropical talvez “[...] seja o mais perverso de todos, pois escamoteia o preconceito utilizando-se de formas de tratamento condescendentes e paternalistas” (Castro, 2020, p. 150).

Advindo deste saber universalizador, é ainda disseminada na atualidade a espera de que a população negra e indígena seja grata às migalhas de oportunidades e dificuldade de ascensão social que lhes foi imposta (Castro, 2020). É contestada toda e qualquer política pública direcionada a este público, pois, afinal, para todos os efeitos na sociedade brasileira de influência europeia, quando a escravatura foi abolida, todas as diferenças também o foram. Tornamo-nos iguais, e, assim, de iguais oportunidades. Passa-se a ser, ao ver da reprodução do pensamento europeu, “natural” que essas populações estejam sempre em estado de subserviência aos brancos, simplesmente porque não teriam habilidades a nível suficiente para alcançar uma posição de maior estratificação social.

Nessa direção, Vergès (2019) nos traz a discussão específica das mulheres que se ocupam de limpar o mundo. Trabalho indispensável, realizado de maneira quase universal por mulheres, torna-se capitalizado por baixa remuneração, deixando milhares delas marginalizadas na dupla jornada de um trabalho que, de acordo com o pensamento hegemônico, é natural ao ser feminino. Não por acaso, os esforços contínuos para a perpetuação do *status quo* em relação à servitude, especialmente vindo de mulheres brancas e burguesas, viriam não por benefício geral, mas para benefício próprio:

A vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam esse conforto, fabricando suas roupas, limpando suas casas e os escritórios onde trabalham, tomando conta de seus filhos, cuidando das necessidades sexuais de seus maridos, irmãos e companheiros. [...] elas têm como passatempo discutir a

legitimidade das coisas, reclamar que não querem ser “incomodadas” no metrô ou aspirar a postos de liderança de empresas. (Vergès, 2019, p. 17-18)

É indispensável mencionar Vergès como parte desta análise, posto que seu ponto de vista vai além da interseccionalidade e rebate diretamente o capitalismo, ao pensar seus impactos de maneira global. O trabalho doméstico, além de outros associados de forma compulsória ao termo “mulher”, é tomado como um aspecto que estereotipa as mulheres de cor, sobretudo negras, e ignora o tipo de serviço como uma atividade laboral, o que, socialmente, tem como consequência a baixa remuneração, o desprestígio e a precariedade.

Contrapondo-se ao feminismo civilizatório, que adotou os objetivos da missão civilizatória decolonial, idealizando políticas de cunho imperialista e neoliberal de interesse único de uma classe específica, uma visão feminista decolonial sobre a literatura produzida por mulheres e sobre narrativas que denunciam seus *status* levamos a pensar criticamente a respeito da invisibilidade sobre a superexploração que é imposta às mulheres racializadas.

Dessa forma, concordamos com a perspectiva de Vergès (2019), ao mencionar que o trabalho de limpeza, materializado no trabalho doméstico, é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer por natureza, sem o direito de reclamar. Na ótica capitalista, esse tipo de trabalho é gratuito e não constitui moeda de troca, dado que às mulheres é determinado que cuidem. Esses trabalhos são, portanto, invisíveis e realizados por vidas descartáveis (Vergès, 2019).

Levando em consideração a indústria da limpeza, as trabalhadoras ficam expostas a situações não apenas de perigo, como também de hierarquias. Estas últimas não foram pensadas como um problema pelo feminismo branco, que tem como marca principal o colonialismo e as relações de poder, ignorando os alcances das lutas das mulheres de demais grupos sociais. No caminho contrário, o feminismo decolonial se inscreve no movimento de “reapropriação científica e filosófica que revisa a narrativa europeia do mundo” (Vergès, 2019, p. 31), ao adotar uma visão contestadora da ideologia que transforma as mulheres, negras(os), povos indígenas, asiáticos e africanos em seres inferiores e inaptos.

Portanto, conforme Vergès (2019, p. 51), “nenhuma instituição me parece escapar ao racismo estrutural: nem a escola, nem o tribunal, nem a prisão, nem o hospital, nem o Exército, nem a arte, nem a cultura, nem a polícia”. É nesse âmbito que iremos, na próxima seção, trazer à tona as condições das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro, sob uma ótica feminista decolonial, a fim de buscar relacionar esses aspectos ao *corpus* desta pesquisa, demonstrando, por meio da crítica literária, como esse fenômeno ocorre no romance. Logo, considerando o exposto, levaremos em conta a formação da estrutura social brasileira e suas hierarquias, identificando o espaço reservado às mulheres negras na história.

Mulheres negras brasileiras nas mãos do mercado de trabalho

Pensar a realidade social de mulheres negras brasileiras é considerar o racismo estrutural que permeia as relações de trabalho e de gênero. Além de fortemente ligado ao fenômeno do capitalismo global, o mercado de trabalho determina papéis para os indivíduos, tratando-os, ou não, como sujeitos, definindo a situação na qual se encontram os subalternos, dentre os quais estão as mulheres de cor.

Nesse viés, Beatriz Nascimento (2019) afirma que a sociedade brasileira carrega consigo aspectos que ainda são relacionados à época colonial. O sistema colonial implantado no Brasil foi estabelecido de maneira hierarquizada, chegando a ser, conforme a autora, uma sociedade de castas, ou seja, uma comunidade em que os diversos grupos realizam papéis bastante diferenciados entre si, configurando uma desigualdade baseada em relações de superioridade e inferioridade (níveis sociais).

Centrados no senhor de terras, a economia e o trabalho giravam em torno das necessidades financeiras de uma elite, tendo como mão de obra a força de trabalho dos escravizados. Dessa forma, instala-se um sistema de trabalho patriarcal, posto que, dentre os escravizados, encontra-se a mulher negra, produtora - em seu sentido de *reprodução* - dessa mão de obra. A mulher branca, por sua vez, exerce o papel de mãe e esposa, dona do lar, de forma que, nas palavras de Nascimento (2019, p. 259), “seu papel é assinalado pelo ócio, mantendo-se amada, respeitada e idealizada naquilo que o ócio lhe representava como suporte ideológico”.

72

Numa sociedade em que a exploração do indivíduo é a mola propulsora do desenvolvimento econômico para o Ocidente, a mulher negra, com sua capacidade produtiva, sofre com a primeira determinação da condição do ser *mulher*. Logo, ela é usada como “o suporte para a instituição escravocrata” e “recai sobre ela o peso da dominação senhorial” (Nascimento, 2019, p. 260). Essas marcas permaneceram na modernidade, mesmo com o dinamismo e a variedade de atividades produtivas. Entretanto, o critério racial torna-se um mecanismo de seleção dessas atividades, conferindo papéis de maior subordinação às mulheres negras e mantendo-as nos lugares mais baixos da hierarquia.

Um fator importante que resulta desse processo é a internalização, por parte dos grupos negros, dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Segundo a autora, isso confere um longo processo de continuidade do sentimento de desobrigação, no sentido de que penetrar nos espaços dos brancos não lhes parece uma opção. Numa visão panorâmica e histórica, essa perpetuação do processo de domínio social e privilégio racial ressoa sobre as mulheres negras no momento em que continuam coagidas aos mesmos papéis da época colonial.

Sendo assim, o seu papel como trabalhadora continua relacionado a empregos domésticos, como é denunciado em *Solitária*, em que Mabel, personagem principal, interrompe o ciclo de sua família, tornando-se a primeira a cursar uma graduação. Ao tentar exercer outros papéis e adentrar espaços de maior prestígio, a educação, por exemplo, apresenta-se como empecilho:

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores condições na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status, tendo, conseqüentemente, maior remuneração. Nesse contexto, a mulher negra tem possibilidades menores que qualquer um outro grupo social. (Nascimento, 2019, p. 262)

Portanto, importa não apenas saber acerca dos processos históricos e sociais, como também entender as formas de reação diante desses contextos. Para isso, seguiremos adiante com a análise dos processos de resistência, que têm como consequência a comunhão feminina e a ocupação de espaços que lhe foram negados. Partimos, então, para a ação transgressora das mulheres negras frente a imposições e dominações de caráter branco, patriarcal e imperialista, e seguiremos para a obra *Solitária*, de Eliana Alves Cruz.

Comunhão feminina e resistência

Em sua célebre obra *Empoderamento*, Berth (2019) conceitualiza o termo aplicando-o à realidade brasileira. A teórica faz uso do estudo de Stromquist, para estabelecer as dimensões necessárias para um processo de empoderamento, que consiste em quatro parâmetros: dimensão cognitiva, psicológica, política e econômica (Stromquist apud Berth, 2019, p. 32). Em detalhes, as categorias demonstram que é preciso uma visão crítica do meio em que se vive, de autoestima, que culmina na crescente vontade de mobilização e na consciência das dinâmicas de poder, e, finalmente, numa renda independente. Esses requisitos, trabalhando em consonância, resultam na identificação de capacidades (Berth, 2019) e na não culpabilização, em especial, das vítimas.

A Teoria do Empoderamento possui uma definição, mencionada por Berth (2019), que possibilita traçar pontos de partida para a análise da comunhão feminina. O empoderamento seria, nesse sentido, uma construção que reúne forças e competências individuais, “sistemas naturais de suporte e comportamento pró-ativo no âmbito das políticas e mudanças sociais” (Rappaport, 1981, 1984 apud Berth, 2019, p. 24). Logo, o empoderamento é ação que une o bem-estar individual ao meio social.

De forma consoante, Berth (2019, p. 35) traz à tona a relação entre o individual e o coletivo nos processos de empoderamento. Quando tomado por um sentido estritamente individual, o empoderamento transforma-se num controle pessoal, num domínio dos processos cognitivos. Seria uma visão individualista, baseada na autonomia e independência, mas que, ao mesmo tempo, descarta as práticas cotidianas dos grupos e as estruturas de poder. O individualismo, preponderante na ideologia neoliberal, arrisca os movimentos de solidariedade e desconecta as pessoas do espaço que ocupam no contexto político, histórico e social.

Apesar disso, é necessário que o empoderamento também tenha uma concepção individual, dado que a coletividade é a junção de vários indivíduos e que, para um empoderamento coletivo, é preciso o empoderamento pessoal. Por outro lado, este último não deve ser voltado aos interesses pessoais de forma descontextualizada, e a isto se deve a importância da consciência do seu *eu* social e suas implicações (Berth, 2019, p. 35).

Dessa forma, é possível colocarmos em diálogo as teorias que abarcam a decolonialidade com o processo de construção narrativa do texto *Solitária*, especificamente no que tange as personagens principais, d. Eunice, empregada doméstica, e Mabel, sua filha. O romance convoca, portanto, a teoria, de forma que apresenta ao leitor não apenas elementos de denúncia social, mas, também, a própria emancipação por meio dos movimentos de ruptura e de estratégias que contemplam intersecções. São mulheres que buscam quebrar a reprodução de padrões em que são mantidas nas casas de seus empregadores, muitas delas retiradas de casa, ainda crianças, para trabalhar exaustivamente até a velhice, ou em situações análogas à escravidão, como é o caso da personagem Dadá. Mulheres que, como pontuado anteriormente, vivem às margens, por causa da colonialidade.

A resistência de d. Eunice e de Mabel e os espaços diminutos

Caminhemos em consonância com d. Eunice, em companhia de sua filha, Mabel. Duas mulheres, duas gerações, atitudes e visões conflitantes, causando estremecimento na dinâmica de sua relação. Para compreender as contribuições das atitudes de mãe e filha como fator que desencadeia uma resistência às dinâmicas de poder, faz-se necessário falar da perspectiva de Mabel acerca das condições de vida que lhe foram impostas.

A narrativa *Solitária* é inaugurada através dos olhos da filha de d. Eunice, que foi exposta desde muito nova à realidade de ser empregada doméstica e ser obrigada a dormir na casa dos patrões. A antiga patroa para quem Mabel (que era apenas uma criança) e d. Eunice trabalharam por tantos anos – uma assalariada, a outra não – é indiciada por um crime que é revelado apenas na parte final da narrativa. Marca-se, com impacto, a divergência de atitudes das duas em relação às situações que lhes acontecem. “O que faço com essa gente toda? A senhora precisa denunciar, precisa falar... A senhora não é esca... – Ela me encarou com fúria” (Cruz, 2022).

Mabel, de geração posterior, tem atitudes explosivas em comparação com a sua mãe. Com mais acesso ao conhecimento e à educação formal, Mabel é munida de empoderamento individual (Berth, 2019), porém, aparentemente não tem total discernimento da necessidade do empoderamento coletivo, o empoderamento de mudança. Isto posto, enquanto ela enxerga a necessidade de mudança da realidade em que vive, ainda não tem sucesso na mobilização com outras mulheres, culminando, assim, em sua conexão falha com sua mãe, o que só melhorará ao final da narrativa.

Após isso, o tempo muda sensivelmente e nos leva à época em que Mabel começou a frequentar a casa de d. Lúcia, até então patroa de sua mãe. A personagem logo percebe os espaços diminutos em que as empregadas têm que se confinar, dando a impressão da própria diminuição em face dos grandes espaços dos patrões, como demonstrado no fragmento a seguir: “Entre o espelho e a pia, uma prateleira com um pote, um tubo de pasta de dentes e uma escova dentro. Tudo no diminutivo” (Cruz, 2022, p. 14). O vocabulário da narrativa intensifica e denuncia essa realidade: “reparei mais uma vez que, para quem era patrão, tudo era ‘inho’: quartinho, apartamentinho, banheirinho...” (Cruz, 2022, p. 35).

Indo além, Mabel compreende a tarefa de sua mãe em ser uma mulher que abre os espaços burgueses, invisível (Vergès, 2019). Para não levar reclamações, o que já ocorre com o advento de ter levado sua filha ao local de trabalho, d. Eunice se esforça para suprimi-la o quanto pode, para não colocar em risco sua única fonte de renda:

Comecei a rir alto com o desenho que continuava passando na tv. Ela arregalou os olhos e virou a cabeça para os lados, apressada, como se estivéssemos sendo vigiadas ou nos escondendo da polícia. Pôs o dedo indicador na boca e fez um ruidoso “ssssshhhhh”. Eu não podia dar sinais de que eu respirava, sentia fome, sede, vontade de fazer xixi, ria ou existia... no quartinho? (Cruz, 2022, p. 15)

A concepção de Mabel sobre o mundo, com o peso de inúmeras responsabilidades nas costas, é de muita revolta, principalmente pela disparidade entre sua realidade e a realidade, por exemplo, da filha da patroa. Com ciúmes da relação entre sua mãe e Camila (filha de d. Lucia), ela se ressentia pelo fato de não lhe ser permitida uma infância digna, sem responsabilidades que não lhe cabem. “Eu vivia ali e já estava, como dizia todo mundo, ‘grandinha” (Cruz, 2022, p. 39).

Crescendo explorada como uma ajudante da mãe na casa dos patrões, a personagem sofre com a maturidade precoce, chegando a ter relações sexuais com um dos filhos do porteiro. A educação sexual em sua vida foi nula, e não havia abertura com sua mãe para conversar sobre métodos contraceptivos, criando uma barreira envergonhada que nenhuma das duas teria coragem de cruzar. Com o auxílio de sua patroa, que não queria perder seus privilégios de mulher branca e burguesa que pagava uma empregada e tinha duas, Mabel opta por realizar um aborto.

Ouvi minha mãe e outras empregadas do prédio cochicharem num debate a meia-voz pelos corredores.

– Pra mim é assassina, sim! Não se tira uma vida inocente... a criança não tem culpa de nada!

– Assassina, Eunice? protestou Hilda, a cuidadora do general. - O que você sabia da vida com a idade dela? Não diga isso, querida... Ainda não é uma vida formada.

– Não aceito, Hilda. Não consigo entender... pra mim é assassinato e acabou! (Cruz, 2022, p. 49)

Rodeada de divergências, torturada pela opinião negativa de sua mãe, que não sabia o que ocorria, Mabel, com o apoio financeiro de sua patroa, realiza seu aborto de forma solitária. Após o procedimento, Mabel se sente mudada: “[...] olhei para o espelho do elevador e disse: ‘Bom dia, Irene. Bom dia, Eunice’. Via meu rosto misturado com o delas” (Cruz, 2022, p. 60). Nesse momento, ela percebe que não está distante da realidade de sua mãe e da antiga babá criança que trabalhavam naquela casa, que, assim como suas companheiras, precisa se esforçar para garantir sua sobrevivência.

Apesar de inteligente, Mabel precisaria da ajuda mútua daquelas que são suas iguais, da motivação efervescente vinda de sua mãe, do carinho gratuito vindo de Dadá, do momento revelador que teve com sua mãe e Irene, quando a babá-criança, perdida naquele apartamento gigante, não conseguiu evitar que o filho de sua patroa se afogasse. Ela compreende que é muito difícil sair da vida de solitária, uma prisão, do quatinho, banheirinho, destinado àqueles que devem permanecer estáticos onde estão, invisíveis e sem reclamar (Vergès, 2019).

A narrativa de Mabel é finalizada com a frustração dela ao perceber que, ao crescer, em comparação com Camila, filha dos patrões, ela e a mãe distanciaram-se uma da outra, e de si mesmas (Cruz, 2022, p. 64). D. Eunice inicia seu contar de maneira incerta, não sabe ao certo se deve voltar-se contra a família que lhe forneceu emprego por tanto tempo. Sentimentalista, ela se apega à memória de Camila, de quem Mabel se ressentia por lhe ter arrancado de sua infância. “[...] ela não entende que a menina também é minha filha! Nunca que vou gostar menos dela e mais da outra” (Cruz, 2022, p. 69). Como podemos enxergar, a personagem reforça uma visão que é muito presente da realidade da burguesia que possui empregadas domésticas: é reiterada a visão de que sua funcionária seria membro da família, assim abrindo espaço para exigências que ultrapassam as obrigações da profissão como, por exemplo, criar os filhos dos patrões.

Apesar disso, d. Eunice atua, em muitos momentos, como agente de união feminina, assim, empoderando as mulheres ao seu redor. Ademais, a personagem também demonstra ter mais sensibilidade em suas relações interpessoais com outras mulheres como maneira até mesmo de garantir sua fonte de renda, que serve ao propósito de tentar fazer sua filha ascender socialmente. Em confronto com sua filha, que fez alusão à escravidão quando a mãe se mostra receosa em depor contra sua patroa, no momento da investigação do crime, ela reflete angustiada sobre sua posição:

[...] não conseguia me ver sentada na frente de um delegado para depor contra a mãe de Camila. D. Lúcia, chorando muito, me jurou que foi sem querer... Mas, **na voz de Mabel, ecoava a da minha mãe**, que me advertiu desde o dia em que comecei a trabalhar naquela casa. (Cruz, 2022, p. 68. Grifo nosso.)

D. Eunice sente o peso do posicionamento de sua filha, que lhe remete à sua própria mãe e lhe traz uma visão mais crítica sobre os fatos, lhe lembra das histórias que sua avó - que era escravizada - contava para sua mãe (Cruz, 2022, p. 72). Ela remonta

aos tempos em que primeiro começou a trabalhar na casa de d. Lúcia, aludindo ao momento em que foi deixada sozinha em casa enquanto a patroa ia fazer compras, se deparando com uma carteira cheia de dinheiro deixada para trás. Era um teste, e d. Eunice passou. “[...] se antes havia coisas que eu achava difícil compreender, naquele primeiro dia comecei a entender tudo” (Cruz, 2022, p. 73).

Embora sempre se demonstre dócil e conformada, d. Eunice entende que, para aquelas pessoas, ela não passa de um ser inferior, ali presente para realizar seus desejos enquanto permanece estática e invisível, sempre carregando as palavras de sua mãe como eterno conselho. Mesmo assim, com os avisos ancestrais e com sua intuição afiada, d. Eunice não percebe o momento em que torna-se negligente com a criação de sua filha, sendo esse um de seus grandes arrependimentos. No sentimento falho de que possuía outra filha, ela perde a vida escolar de Mabel, o momento em que começa a namorar, se envolver fisicamente com um rapaz, engravidar e o processo solitário de seu aborto (Cruz, 2022, p. 82).

Para que haja resistência, são necessários acontecimentos que impulsionam a personagem para tomar atitudes, derivadas, sobretudo, de uma consciência de não pertencimento e de uma vontade de transcender estruturas enraizadas. Antes da ruptura, há rachaduras, ou seja, a visão de diversas possibilidades, que encontra, em suas companheiras, aliadas. Esse movimento prepara o ambiente para a formação de uma comunhão feminina, que vai além da relação entre mãe e filha. A comunhão atravessa essas mulheres, de forma que se reconheçam uma na outra, como grupo, impulsionando-se conjuntamente. O início desse processo se dá verdadeiramente na ocasião em que d. Codinha, mãe de Eunice, está para falecer. Após muito esforço para conseguir uma folga de seu trabalho, Mabel e Eunice compartilham de um momento único com d. Codinha:

– E você, Eunice, não acha que tá na hora de cuidar da sua vida? Engoli em seco. Entendi o que ela queria dizer mas... o que eu faria? Não estudei, achava que não era capaz de nada e não tinha a boa aparência que as empresas pediam. Não tinha ido à escola como Mabel.

– Mamãe, eu... Sim, a senhora tá certa.

– Então não perde tempo, minha filha... Vá, você consegue. Sua filha pode lhe ensinar tanta coisa... Aproveite enquanto ainda tem todos os dentes. [...] Tomamos uma sopa de legumes antes de dormirmos abraçadas, envoltas na colcha de retalhos que tínhamos feito juntas anos atrás, ensinando Mabel a costurar fuxicos. Mas de manhã não teve o café com aipim cozido e manteiga de sempre.

D. Codinha não amanheceu conosco. Acordou em algum lugar bem longe de sua capelinha no canto do nosso quintal. (Cruz, 2022, p. 95)

As palavras de sua mãe muito doente tocam d. Eunice, e trazem à tona aquilo que há muito tempo estava adormecido, seu impulso pela mudança. O momento vivido entre três gerações, perto do altar multirreligioso de sua casa, trazem o aconchego,

a autoestima, e a motivação necessários para que a personagem tome seus primeiros passos.

Outro acontecimento que leva d. Eunice a se motivar ainda mais para tomar atitudes em relação à sua realidade é quando sua filha presta o vestibular. Seus patrões, já inconformados com a possibilidade da filha da empregada passar para a faculdade de medicina, organizam uma festa para sua filha, com o máximo de barulho possível, para o dia anterior à prova¹. Ao se esforçar para equilibrar a raiva de sua filha aos patrões, Eunice nota, mais uma vez, a semelhança de sua filha com a avó. “As duas estavam de mãos dadas nas extremidades, com as mãos entrelaçadas por cima de mim” (Cruz, 2022, p. 97).

Para Mabel, a situação já chega em seu momento de ruptura. Aprovada no vestibular, vítima dos deboches dos patrões de sua mãe, que esnobavam dela, apontando a quantia de dinheiro que necessita ser empregada para cursar medicina, ela se enfurece. Ao assistir sua filha, tão decidida, sair pelo apartamento, d. Eunice reflete sobre a própria situação, na qual se acostumou a algo ruim, mas conhecido (Cruz, 2022, p. 104). Feliz por sua filha, acalentada pelo amor que vive com o porteiro do prédio, Jurandir, ela finalmente se sente pronta para tomar o próximo passo: seguir o conselho de sua mãe.

Com a força de sua mãe, sua filha, Irene e Dadá, d. Eunice deixa a solitária, o quartinho, o banheirinho, o lugar de confinamento e diminuto. Ela recusa as falas de sua ex-patroa ao relatar “todo o bem que nos tinha feito” (Cruz, 2022, p. 107), num movimento desonesto, e pelo qual obviamente já havia se preparado. D. Lúcia puxa os medicamentos que foram utilizados no processo de abortamento de Mabel, afinal, não havia sido um movimento de irmandade, mas, sim, uma ação movida pela necessidade de escravização. D. Eunice lamenta não ter sido aquela a saber o que havia se passado com Mabel.

Confluindo com todos esses movimentos, após livrar-se do quartinho de empregada, d. Eunice passa um tempo sem ter contato com sua antiga patroa. Com seus direitos pagos às pressas pela urgência do caso de Dadá, que sofreu com condições análogas a escravidão e provocou um grande burburinho no condomínio – a maioria provavelmente tendo também empregadas domésticas irregulares (Cruz, 2022, p. 113) – ela vive, agora, em sua própria casa, onde sua mãe também vivia. Após um tempo, d. Eunice recebe uma ligação de d. Lúcia, ela liga para avisar que sua filha irá sair num intercâmbio, e que haverá uma festa de despedida para ela. Ela a chama para ensinar a nova empregada doméstica a fazer a feijoada que Camila ama, utilizando-se novamente do discurso emotivo de que ela fazia parte da família: “Ela disse que vi a menina crescer e que ela fazia questão da minha presença na despedida” (Cruz, 2022, p.

¹ O desenvolvimento de ações que inibem a ascensão de grupos subalternos pode ser melhor compreendido, neste caso, através do que Cida Bento nomeia como “pacto de branquitude” (2022). A esse respeito, a autora diz que “é a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro” (Bento, 2022, p. 14-15).

115). Com a promessa de um dia pago para ensinar a receita, d. Eunice não pensa duas vezes em ir, já pensando nos livros que Mabel está se esforçando tanto para comprar.

Entretanto, d. Eunice não espera ter que assistir a cena de um crime se desenrolar em sua frente. A nova empregada, Luzia, tem um filho de quatro anos. Nos entremeios de fazer uma feijoada, ingredientes faltando, tanto Eunice quanto Luzia ocupam-se de diferentes tarefas, e é necessário que Luzia vá ao mercado comprar o restante dos ingredientes enquanto Eunice inicia os trabalhos na cozinha. Na falta de alguém para olhar Gi, Luzia pede à Camila para que cuide dele, rapidamente, para que possa fazer sua tarefa (Cruz, 2022, p. 119).

O fim é desastroso, ao sentir falta da mãe, Gi incomoda Camila que, não tendo paciência, fecha o menino em seu quarto com alguns papéis e lápis para colorir, o menino sobe na cômoda para alcançar o parapeito e chamar sua mãe e cai pela janela. A cena do crime é clara, houve negligência com o menino, que, aos quatro anos, não poderia ficar sem supervisão. Todavia, d. Lúcia se esforça, neste momento, para encobrir o crime de sua filha e garantir que não haja consequências legislativas para ela (Cruz, 2022, p. 131).

Quando enfim chegou o dia em que os policiais chamaram Eunice à delegacia, Mabel, Jurandir, João e Cacau estavam bastante apreensivos. O que ela diria aos oficiais sobre o dia da morte do menino Gilberto? Com a intenção de assumir para si a responsabilidade e livrar a filha, d. Lúcia combinara com as pessoas presentes no apartamento de dizer que ela estava em casa no momento do acidente. **Ela mesma não acreditava que Camila ou qualquer outra pessoa ali tivesse alguma responsabilidade. E mais: tinha certeza absoluta de que sairiam desse “desagradável incidente” sem maiores complicações.** [...] Eunice, pelo amor que sempre devotara a Camila, teve até febre no dia anterior ao depoimento. (Cruz, 2022, p. 145, grifo nosso)

Na certeza da impunidade, d. Lúcia ainda busca culpabilizar a mãe de Gi, não apenas pelo incidente, mas por ter colocado um filho no mundo. Filho este que, mesmo aos quatro anos de idade, é visto como adulto pela patroa, mais uma vida descartável (Vergès, 2019). Apesar de seu vínculo com a filha da patroa, o jogo emocional utilizado por sua ex-patroa para que tivesse pena de Camila, Eunice decide contar a verdade, “Camila não era mais criança e precisava saber disso” (Cruz, 2022, p. 147). Em seu último movimento de ruptura, d. Eunice reúne toda a força adquirida através das relações com suas semelhantes, Dadá, Mabel, d. Codinha, Luzia, Irene, e denuncia o grave crime de Camila em seu depoimento à polícia. Finalmente, Eunice é dona de sua própria vida, vive por si, e não se deixa manipular por aqueles que acreditam que sua existência lhes é servir e sempre se manter abaixo, nunca evoluindo.

Considerações finais

O romance *Solitária* pode ser considerado, diante do exposto, uma obra que traz à tona narrativas que se reproduzem ao longo dos séculos, moldando-se conforme os tempos. Seu enredo, que mescla acontecimentos que impulsionam tomadas de atitude das personagens, demonstra contextos de opressão de gênero, raça e classe, abrindo espaço e convidando a crítica literária para sua expansão e análise. Assim, ao termos como objetivo analisar a obra através dos caminhos que levam d. Eunice aos movimentos de resistência e ruptura, percebemos que a narrativa é construída de atitudes que evoluem até os momentos cruciais de confronto direto.

A resistência em *Solitária* é muito mais, entretanto, do que atitudes/ações. É possível perceber que ela é desenvolvida conforme as percepções das personagens, bem como sua consciência de que estão em uma cadeia de relações de poder, que são materializadas através, sobretudo, dos espaços diminutos, como demonstrado ao longo das seções: é o quartinho, o banheirinho, o espacinho. A relação de tamanho entre os ambientes ocupados pelas protagonistas e aqueles usufruídos por seus patrões é, também, uma resistência; por meio da linguagem literária, Eliana Alves Cruz denuncia e expõe de que maneira as divergências e os frutos da colonialidade são encontrados no cotidiano, que inclui o mercado de trabalho.

Por fim, aliadas às percepções das personagens, estão suas relações interpessoais que, principalmente entre mãe e filha, trouxeram o desconforto necessário para a tomada de decisões, um empoderamento coletivo (Berth, 2019). Promovendo a articulação entre teorias decoloniais e crítica literária, o presente artigo destrinchou os comportamentos e relações das personagens d. Eunice e Mabel, acompanhando o desenvolvimento de suas narrativas e suas jornadas rumo à emancipação. Rumo ao seu próprio espaço, que não seja diminuto e que “tem o cheiro da nossa própria vida” (Cruz, 2022, p. 147).

Referências

BENTO, Cida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 140-153.

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-264.

VERGÊS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2019.

Recebido em 10/03/2024.

Aceito em 11/07/2024.